

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

C-EMOS 2020

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS:

um estudo da doutrina Brasileira e sua aplicação nos Fuzileiros Navais dos Estados

Unidos da América

Rio de Janeiro
2020

MAJ (EUA) CRAIG TOWLES

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS:

um estudo da doutrina Brasileira e sua aplicação nos Fuzileiros Navais dos Estados

Unidos da América

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Rafael Pires Ferreira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha amada esposa pelo suporte de afetivo de sempre.

Ao meu orientador, CF (FN) Rafael Pires Ferreira, agradeço a sua abordagem entusiástica para me ensinar durante este processo. Este é um novo processo em uma nova linguagem e por isso agradeço o seu tempo e ajuda, sem os quais isso não teria sido possível.

Ao meu Oficial Orientado, CC (FN) Eduardo Oliveira de Carvalho, agradeço seu tempo, entusiasmo, amizade e seu *esprit de corps* este ano inteiro.

Por fim, agradeço aos componentes da Turma CEMOS-2020. É uma honra estar aqui no Brasil, estudar e compartilhar amizades ao lado dos bons oficiais da Marinha Brasileira.

RESUMO

Este estudo examina as Operações Ribeirinhas conduzidas pela Marinha do Brasil. O Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América está atualmente passando por uma transformação que visa alinhar melhor os interesses da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América, a fim de atender às demandas dos serviços navais da nação no futuro ambiente operacional. Nesse contexto, o Comandante do Corpo dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América propôs a questão de se o Corpo de Fuzileiros Navais deveria ou não assumir a responsabilidade de conduzir as Operações Ribeirinhas a fim de melhor contribuir com a força naval. O Corpo de Fuzileiros Navais existe para servir a frota. Fato bem conhecido da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, onde a integração entre as duas Forças é inerente e bem aderida. Essa integração produziu uma das forças ribeirinhas mais proficiente do mundo. Por esse motivo, este estudo examinará como a Marinha do Brasil e o Corpo de Fuzileiros Navais integram-se para conduzir o Conjugado Anfíbio em um esforço de traçar paralelos onde a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América poderiam produzir efeito semelhante.

Palavras-chave: Operações Ribeirinhas. Conjugado Anfíbio. Integração.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ºBtlOpRib -	1º Batalhão de Operações Ribeirinhas
AAB -	<i>Amphibious Assault Battalion</i>
AAV -	<i>Amphibious Assault Vehicle</i>
ARG -	<i>Amphibious Readiness Group</i>
Com9ºDN -	Comando do 9º Distrito Naval
ComFlotAM -	Comando da Flotilha do Amazonas
CRRC -	<i>Combat Rubber Raiding Craft</i>
CPG -	<i>Commandant's Planning Guidance</i>
DSU -	<i>Dam Security Unit</i>
E EI -	Elementos Essenciais de Inteligência
Esqd HU-91 -	1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste
EUA -	Estados Unidos da América
GptOptFuzNav -	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
FMF -	<i>Fleet Marine Force</i>
ForTarRib -	Força Tarefa Ribeirinha
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAR -	<i>Light Armored Reconnaissance</i>
LAV -	<i>Light Armored Vehicle</i>
LOCE -	<i>Littoral Operations in a Contested Environment</i>
MAGTF -	<i>Marine Air Ground Task Force</i>
MCCDC -	<i>Marine Corps Combat Development Command</i>

MEF -	<i>Marine Expeditionary Force</i>
MEU -	<i>Marine Expeditionary Unit</i>
MMA -	Ministério do Meio Ambiente
NAVSPECWARCOM -	<i>United States Naval Special Warfare Command</i>
OM -	Organizações Militares
OPRIB -	Operações Ribeirinhas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC -	Primeiro Comando da Capital
SPMAGTF -	<i>Special Purpose Marine Air Ground Task Force</i>
SSCo -	<i>Small Craft Company</i>
SWCC -	<i>Special Warfare Combatant Craft</i>
TTP -	Técnicas, Táticas e Procedimentos
UNODC-	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
USMC -	<i>United States Marine Corps</i>
USN -	<i>United States Navy</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	POR QUE O BRASIL	12
2.1	O meio ambiente e as águas doces	12
2.2	O problema das drogas	13
2.3	Como combater o problema	15
3	UMA HISTÓRIA BRASILEIRA DAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS .	17
3.1	O início	17
3.2	Exemplos mais recentes.....	18
4	A DOCTRINA RIBEIRINHA BRASILEIRA	21
4.1	A vida no rio.....	21
4.2	O meio ambiente e o povo indígena.....	22
4.3	Um estudo na doutrina brasileira	22
4.4	As funções de combate	24
5	ORGANIZAÇÃO E OPERAÇÕES ATUAIS	27
5.1	A estrutura do Comando do 9º Distrito Naval	27
5.2	O emprego do Conjugado Anfíbio	28
6	TENTATIVAS NÃO REALIZADAS	31
6.1	O reconhecimento do requisito do USMC	31
6.2	O MEU pode, mas não é uma habilidade ribeirinha	33
7	GERANDO INTEGRAÇÃO	35
7.1	Os litorais	35
7.2	As ameaças	36
7.3	Unidades com potencial	38
7.4	Operações ao longo o rio do Eufrates	39
7.5	Transferência de habilidades	41
7.6	Do mar para os segmentos terrestres	41
8	TRANSFERÊNCIA DE CAPACIDADE	43

8.1	A cultura da Marinha do Brasil	43
8.2	A organização da Marinha do Brasil	44
8.3	Outros meios para estudar	45
9	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Em 2019, o general David Berger assumiu as funções de comandante do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (*United States Marine Corps - USMC*). Como é habitual nessa ocasião, ele imediatamente emitiu sua Orientação de Planejamento (*Commandant's Planning Guidance - CPG*). Aninhado na Estratégia de Defesa Nacional de 2018 dos Estados Unidos da América (EUA), o CPG busca transformar o USMC para garantir uma postura correta para prosperar no futuro ambiente operacional, com foco na integração naval, conforme verificamos em sua citação:

The Marine Corps will be trained and equipped as a naval expeditionary force-in-readiness and prepared to operate inside actively contested maritime spaces in support of fleet operations. In crisis prevention and crisis response, the Fleet Marine Force – acting as an extension of the Fleet – will be first on the scene, first to help, first to contain a brewing crisis, and first to fight if required to do so (BERGER, 2019, p. 1).¹

O principal requisito para alcançar as diretrizes de planejamento supracitadas é a integração naval entre a Marinha dos EUA (*United States Navy - USN*) e o USMC. Infelizmente, a guerra de quase 20 anos contra o terrorismo reduziu drasticamente a interoperabilidade entre a USN e o USMC. A Guerra ao Terror forçou o USMC a concentrar seus esforços nos desertos do Iraque e Afeganistão, trazendo como efeito colateral a diminuição da integração naval. É sob essa luz que o 38º Comandante do USMC buscou corrigir esse rumo, para que o Corpo de Fuzileiros Navais possa contribuir mais pela sincronia USN - USMC.

¹ O USMC será treinado e equipado como uma força naval expedicionária e preparado para operar em ambientes marítimos ativamente contestados em apoio às operações da Esquadra. Na prevenção e resposta a crises, a Força de Fuzileiros da Esquadra - agindo como uma extensão da Armada - será a primeira em cena, a primeira a ajudar, a primeira e a conter uma crise, se necessário (tradução nossa).

Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa é colher subsídios na atual doutrina de Operações Ribeirinhas (*Riverine Operations* em inglês) realizadas pela Marinha do Brasil que possam ser úteis na integração do USN com o USMC proposta no CPG. Atualmente, o USMC não conduz Operações Ribeirinhas (OpRib) recaindo essa responsabilidade sobre a USN e a Guarda Costeira dos EUA (*United States Coast Guard - USCG*). No entanto, há um interesse renovado na possibilidade do USMC assumir essa responsabilidade. Em termos gerais, o USMC pode apoiar algumas tarefas das OpRib, buscando uma maior integração com a USN, conforme declarado no CPG:

As the preeminent littoral warfare and expeditionary warfare service, we must engage in a more robust discussion regarding naval expeditionary forces and capabilities not currently resident within the Marine Corps such as coastal/riverine forces, naval construction forces, and mine countermeasure forces. We must ask ourselves whether it is prudent to absorb some of those functions, forces, and capabilities to create a single naval expeditionary force whereby the Commandant could better ensure their readiness and resourcing” (BERGER, 2019, p. 4).²

O *Force Design 2030*³ foi lançado menos de um ano após a publicação do CPG. O *Force Design 2030* serviu como um relatório de status de todo o progresso que havia ou não sido feito desde a publicação das diretrizes de planejamento. Também reiterou a citação, como mencionado anteriormente, e a necessidade de avaliar se a responsabilidade das OpRib era ou não algo que o USMC poderia e deveria contribuir.

Se o USMC está buscando gerar maior interoperabilidade com a USN, talvez seja igualmente prudente olhar para nossos parceiros que já alcançaram a integração nas operações em

² Como serviço de guerra costeira proeminente e guerra expedicionária, devemos nos engajar em uma discussão mais robusta sobre forças e capacidades expedicionárias navais que atualmente não residem no Corpo de Fuzileiros Navais, como forças costeiras / ribeirinhas, forças navais de construção e forças de contramedida de minas. Devemos nos perguntar se é prudente absorver algumas dessas funções, forças e capacidades para criar uma única força expedicionária naval pela qual o comandante possa garantir melhor sua prontidão e recursos (tradução nossa).

³ Force Design 2030, publicado em março 2020, é uma extensão do CPG na qual o comandante identifica que progresso ocorreu e quais áreas exigem mais atenção com base no CPG do ano anterior.

ambiente ribeirinho. Portanto, a pesquisa contida nas páginas a seguir procura entender e responder a seguinte pergunta: como a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil alcançam fluidez e formam um relacionamento coeso para executar as OpRib em algumas das vias navegáveis interiores mais complicadas do mundo.

Este trabalho analisará, pelo método exploratório, a eficácia do emprego integrado entre a Marinha do Brasil e o Corpo de Fuzileiros Navais na realização de OpRib, para determinar a viabilidade da USN e do USMC empregarem a mesma construção integrada. Com base na integração da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil durante o planejamento e execução das OpRib, existem Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) relacionados às mesmas, que o USMC pode recorrer e implementar para alcançar maior integração naval.

2. POR QUE O BRASIL

O Brasil é conhecido mundialmente por sua biodiversidade, com a maior flora e fauna do mundo, distribuída em diferentes biomas, entre eles a Amazônia e o Pantanal. Com uma extensão territorial de 8.510.295 km² e uma população de aproximadamente 211 milhões (IBGE, 2020), o país ocupa o quinto lugar do mundo em tamanho e população. Não bastasse sua dimensão continental, o Brasil é banhado em sua porção leste pelo Oceano Atlântico, com uma zona costeira que se estende por mais de 8.500 km, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020). Além disso, como foi dito pela então Ministra Marina Silva em termos de disponibilidade hídrica, o Brasil abriga “cerca de 12% das reservas mundiais de água doce, sendo que, se considerarmos as águas provenientes de outros países, esse índice se aproxima de 18%” (MMA, 2006, p. Prefácio).

2.1 O meio ambiente e as águas doces

Desde sua nascente no Andes Peruanos, o Rio Amazonas se estende por mais de 6.000 km até chegar ao Oceano Atlântico. Além disso, existem outros afluentes significativos como os “rios Javari, Juruá, Jutai, Purús, Madeira, Tapajós e Xingu em sua margem direita e, pela esquerda, os rios Iça, Japurá, Negro, Uatumã, Nhamundá, Trombetas e Jari” (MMA, 2020, p. 26).

Nesse bioma, também se encontra a maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica, que abriga um terço das espécies que vivem sobre a Terra. Além disso, “seus recursos naturais - que, além da madeira, incluem enormes estoques de borracha, castanha, peixe e minérios [...] representam uma abundante fonte de riqueza natural” (MMA, 2020).

Em menores dimensões, mas também de grande importância no contexto estratégico da administração dos recursos hídricos do Brasil, a Bacia do Alto Paraguai abrange 4,3% do território nacional - englobando os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul – e inclui o Pantanal, uma das maiores extensões de áreas alagadas do planeta (ANA, 2020).

2.2 O problema das drogas

Entretanto, as belezas e riquezas naturais dos biomas da Amazônia e do Pantanal contrastam com diversos problemas relacionados à geografia dessas regiões - como baixos índices socioeconômicos, baixa densidade demográfica e ausência do Estado - tornando-se um terreno fértil para a formação de redes ilegais de narcotráfico. A norte e a oeste de seu território, o Brasil compartilha fronteiras com três dos maiores países produtores de cocaína do mundo, Colômbia, Peru e Bolívia. Somente em 2008, a Colômbia produziu 430 toneladas de estupefacientes, quase metade da produção mundial. Essa quantidade produzida na Colômbia em 2008 foi seguida de perto pelo Peru e pela Bolívia, com 302 toneladas e 113 toneladas produzidas, respectivamente (UNODC, 2010, p.91).

Assim, ao mesmo tempo que a Floresta Amazônica e o Pantanal escondem fronteiras porosas que facilitam o tráfico de drogas pela dificuldade de detecção, esse vasto cenário impõe um obstáculo natural para as autoridades que buscam desmantelar as redes de contrabando de cocaína, cujo produto é destinado aos portos do leste do Brasil. O aumento da utilização do rio Amazonas como via de escoamento do narcotráfico pode ser evidenciado em um recente relatório da *Reuters* de março de 2020, no qual a Polícia Federal brasileira afirma que:

Much of the product enters Brazil by boat along the Amazon river, bound for Manaus, a city of roughly 2 million people. From there, it moves downriver until it reaches northeastern seaports like Suape and Natal in preparation for the Atlantic crossing (STARGARDTER, 2020).⁴

Os portos de Suape e Natal são locais conhecidos de exportação de cocaína traficada pela Amazônia com destino a Europa. Normalmente, a droga entra no Brasil vinda da Colômbia, Peru ou Equador, sendo utilizado o corredor Solimões (CUETO, 2020), uma das rotas fluviais que atravessa a região Norte até os portos do Nordeste.

Além da região Amazônica, outra área que demanda fiscalização no combate ao narcotráfico é a Tríplice Fronteira na Região Sul do Brasil. A área fronteiriça entre os Estados do Brasil, Paraguai e Argentina também apresenta terreno fértil para o tráfico de substâncias ilícitas. O centro para a exportação de cocaína dessa região é São Paulo, onde a principal organização criminosa do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), tem um controle firme sobre o tráfico de drogas da região. Grande parte da cocaína exportada pelo PCC vem diretamente do Paraguai, onde as autoridades e instituições do país fazem pouco para conter o fluxo. De acordo com um relatório da *Reuters*, as autoridades locais afirmam que:

The gang dominates a prime smuggling route that starts in Bolivia, then heads southeast to Brazil via Paraguay, where the syndicate is overwhelming that nation's weak institutions. In January, 75 PCC members escaped from a Paraguayan prison in a brazen jailbreak that top security officials knew was coming, but were powerless to stop, because the gang had so many prison guards under its sway (STARGARDTER, 2020)⁵.

⁴ Grande parte do produto entra no Brasil de barco ao longo do rio Amazonas, com destino a Manaus, uma cidade de aproximadamente 2 milhões de pessoas. De lá, desce o rio até chegar aos portos do nordeste, como Suape e Natal, em preparação para a travessia do Atlântico (tradução nossa).

⁵ A organização criminosa domina uma rota privilegiada de contrabando que começa na Bolívia e depois segue para o sudeste do Brasil via Paraguai, onde o sindicato está esmagando as instituições fracas da nação. Em janeiro, 75 membros do PCC escaparam de uma prisão paraguaia em uma fuga de prisão de bronze que as principais autoridades de segurança sabiam que estava chegando, mas estavam impotentes para parar, porque a gangue tinha tantos guardas sob sua influência (tradução nossa).

Como o Governo do Paraguai é incapaz de interromper o tráfico antes de entrar ou sair de seu país, o PCC fica livre para usar quase todos os meios necessários, incluindo sistemas fluviais, para importar cocaína para o Porto de Santos em São Paulo, antes da exportação para o exterior. Como exemplo, o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime publicou um relatório em 2011, e constatou que:

“The single largest cocaine seizure made in Germany to date took place in April 2010 (1.3 tons) when German customs officers discovered the drugs in a container shipment of wood briquettes, going from Paraguay to Brazil and then to Hamburg” (LE PICHON, 2011, p. 41).⁶

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil, dada a sua proximidade com o norte da África e a Europa, foi referido pelas Forças Aliadas como o "trampolim para a vitória" (BALLOUSSIER, 2020). Essa mesma proximidade é explorada para alimentar o mercado europeu de drogas no século XXI. Segundo as Nações Unidas, a América do Norte e a Europa são as duas regiões com maior consumo de cocaína (UNODC, 2010, p. 91). O Brasil apresenta um caminho logístico extremamente lucrativo, dada a quantidade de rotas fluviais, onde é difícil rastrear o movimento, permitindo o transporte de substâncias ilícitas pelo país.

2.3 Como combater o problema

Esta pesquisa não é um estudo sobre o narcotráfico no Brasil, mas sim sobre uma das modalidades empregadas pelas Forças Armadas brasileiras no combate ao tráfico de drogas e armas pelos rios da Bacia Amazônica e do Pantanal. Esse método, denominado OpRib, apresenta como

⁶ A maior apreensão de cocaína realizada na Alemanha até o momento ocorreu em abril de 2010 (1,3 toneladas), quando oficiais da alfândega alemã descobriram as drogas em um carregamento de briquetes de madeira, indo do Paraguai para o Brasil e depois para Hamburgo.

características a versatilidade, flexibilidade e capacidade multiespectral do poder militar, não limitando-se às operações antinarcóticos. Das operações de manutenção da paz à guerra convencional, as OpRib fornecem ao comandante a capacidade de acessar áreas remotas que, de outra forma, seria incapaz de acessar por via terrestre ou aérea, com o risco ainda de rastreamento dos veículos ou aeronaves.

Ao considerar as Forças Armadas brasileiras, duas coisas imediatamente vêm à mente em termos de extrema proficiência: Guerra na Selva e Operações Ribeirinhas. Dado o fato de o Brasil ser quase inteiramente um ambiente tropical / subtropical, e o fato de o Brasil conter um dos maiores sistemas fluviais do mundo, faz sentido os militares brasileiros dominarem essas habilidades militares. Por exemplo, o Centro de Instrução de Guerra na Selva, localizado em Manaus, no coração da Amazônia, é de primeira classe, tendo o status e a responsabilidade de especializar o melhor combatente de selva do mundo. Como afirma o tenente-coronel do Exército dos EUA, Rob Santamaria, representante militar da Embaixada dos EUA no Brasil, declarou: “a maioria dos especialistas em combate na selva, considera a *Jungle Warfare School*⁷, do Exército brasileiro, a principal escola de selva do mundo” (DURR, 2019). Essa mesma excelência técnica e tática pode ser observada nas OpRib, realizadas pela Marinha do Brasil, Corpo de Fuzileiros Navais, Exército, Força Aérea e Polícia Federal.

Entendendo os requisitos sociais e geográficos que criaram os requisitos de operar nas margens, a pesquisa pode começar a dissecar a doutrina brasileira.

⁷ O Centro de Instrução de Guerra na Selva

3. UMA HISTÓRIA BRASILEIRA DAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

Para entender as OpRib brasileiras, é de necessidade imperiosa o detalhado estudo doutrinário desse tipo de operação militar. A base para esta pesquisa é o *Manual de Operações Ribeirinhas* das Forças Armadas Brasileiras. É uma publicação das Forças Armadas, semelhante às Publicações Conjuntas das Forças Armadas dos EUA. A doutrina brasileira reconhece a importância das vias navegáveis interiores, ao longo da história, visto que são ecossistemas vitais não apenas em situações de conflito, mas também pela sua importância socioeconômica em tempos de paz. Para definir o contexto do *Manual de Operações Ribeirinhas*, seu texto discute, inicialmente, a importância das OpRib no contexto histórico.

3.1 O início

Coincidentemente, dois dos primeiros exemplos que o manual cita são de OpRib ocorridas na história norte-americana: A Guerra Revolucionária (1775-1883) e a Guerra Civil (1861-1865). No que diz respeito à Guerra Revolucionária, o manual ressalta a Batalha Naval da ilha de *Valcour*, que ocorreu em 11 de outubro de 1776, no Lago *Champlain*. Foi uma das primeiras batalhas navais da Guerra de Independência dos EUA, na qual diversos navios da esquadra norte-americana, sob o comando de Benedict Arnold, foram capturados ou destruídos pela força britânica, sob o comando do general Sir Guy Carleton. Na tentativa de se retirar para *Crown Point*, os norte-americanos começaram a usar as vias navegáveis interiores de Nova York e da Ilha de *Valcour*. Entretanto, o clima desfavorável e a superioridade da aptidão naval britânica, impediram tal recuo. Os britânicos capturaram e destruíram grande parte da esquadra norte-americana, que

tiveram que incendiar o que restavam de seus navios para não cair nas mãos do inimigo (AMERICAN BATTLEFIELD TRUST, 2020).

A partir desse ponto, o manual faz uma breve referência a várias outras campanhas ribeirinhas antes de chegar a uma das batalhas mais críticas da história brasileira: a Guerra do Paraguai (1864-1870). Também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, foi travada entre o Paraguai e uma aliança composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Durante esse conflito, a Monobra de Piquissiri (1868) foi um exemplo clássico de uma operação em ambiente ribeirinho, cujo propósito era obter a surpresa para atacar a retaguarda inimiga. Com o rio Paraguai cobrindo o flanco e a retaguarda, os paraguaios pareciam relativamente confiantes na segurança que lhes era proporcionada pelos obstáculos naturais materializados no próprio rio e na vegetação circundante do tipo pantanoso. Luís Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias, comandante da Força da Aliança, determinou a construção de uma estrada na margem direita do Paraguai, através dos pântanos do Chaco, conduzindo à retaguarda dos paraguaios. Essa força de manobra de 19.000 soldados da Aliança atacou a linha defensiva paraguaia em Piquissiri pela retaguarda, alcançando a surpresa e, eventualmente, uma vitória decisiva (ESPOSITO, 2019, p. 84 - 86)

3.2 Exemplos mais recentes

O capítulo histórico do manual termina com o papel vital que o conflito do Vietnã desempenhou na projeção das OpRib. A Guerra do Vietnã (1959-1975) fornece, sem dúvida, o contexto mais relevante no estudo de operações em águas marrons⁸. Embora o manual não identifique uma ação específica, uma das operações mais críticas para a projeção das OpRib foi a

⁸ Águas marrons são águas nos litorais ou no interior de um país; por exemplo, os rios Amazonas e Negro são águas marrons.

Operação JACKSTAY. Essa operação ocorreu nos manguezais do sul do Vietnã durante a primeira metade de 1966. Antes da operação, os vietcongues buscavam refúgio há muito tempo nos densos manguezais, e desfrutavam de uma liberdade de movimento relativamente segura devido ao pantanal que representava um obstáculo natural para as forças norte-americanas.

A operação JACKSTAY procurou negar essa liberdade de movimento aos vietcongues. Por meio de projeção de poder direta a partir de águas azuis, com apoio aéreo aproximado e recursos de comando e controle aéreo disponíveis, as forças da USN e do USMC conseguiram entrar nas vias navegáveis interiores e começar a realizar operações interiores. Os resultados da Operação JACKSTAY são melhor resumidos no site oficial da História Naval dos EUA:

The results of JACKSTAY were more impressive than the 53 confirmed Viet Cong dead or the tons of material destroyed or captured. They can be measured in terms of the penetration of sea power into the very heart of the enemy's sanctuary. As our initial major riverine operation, it proved what the enemy would soon learn more conclusively: that wherever water reached, there was no longer any sure place to hide from the versatile extension of the American Navy. (NAVAL HISTORY, 2020).⁹

As operações se intensificaram mais tarde no Delta do *Mekong*, outro vasto pantanal no sul do Vietnã. Essas operações foram realizadas por unidades conhecidas como Força de Patrulha Fluvial e Força Fluvial Móvel (NAVAL HISTORY, 2020), com objetivos que variam de Busca e Destruição a Negação de Área com efeito significativo nas margens do sul do Vietnã.

Um entendimento fundamental da história contextual na qual a doutrina de OpRib brasileira se baseia é vital para avançar na pesquisa. A doutrina brasileira fornece um relato abrangente da

⁹ Os resultados do JACKSTAY foram mais impressionantes do que os 53 mortos pelo Vietcongues ou as toneladas de material destruído ou capturado. Eles podem ser medidos em termos da penetração do poder marítimo no coração do santuário do inimigo. Como nossa principal operação ribeirinha inicial, provou o que o inimigo logo aprenderia de maneira mais conclusiva: que onde quer que a água chegasse, não havia mais lugar certo para se esconder da extensão versátil da Marinha Americana

projeção de poder do mar que vai além das águas azuis. Desde a Guerra Revolucionária Americana à Guerra da Tríplice Aliança e, finalmente, ao Vietnã, essa projeção de poder nas águas interiores provou ser um aspecto necessário das operações militares e navais. Com uma visão das operações históricas que ajudaram a moldar as OpRib brasileiras, agora podemos começar a analisar a própria doutrina para entender onde ocorre a integração entre a Marinha do Brasil e o Corpo de Fuzileiros Navais.

4. A DOUTRINA RIBEIRINHA BRASILEIRA

O Manual das Forças Armadas para OpRib define o cenário com uma visão geral do ambiente demográfico e geográfico, que impulsiona a necessidade de as Forças Armadas brasileiras dominarem o ofício das OpRib. A Floresta Amazônica é uma região incrivelmente vasta que se estende muito além das fronteiras territoriais do Brasil e é, aproximadamente, do tamanho dos EUA (BUTLER, 2020), não incluindo o Alasca e o Havaí. No que diz respeito ao Brasil, a população do Estado do Amazonas é de quase quatro milhões (SAWE, 2017), com quase metade dessa população residindo na capital do estado, Manaus (AMAZONAS, 2020). Isso deixa os outros dois milhões de habitantes espalhados ao longo dos 40.000 quilômetros de vias navegáveis interiores (ESTADO MAIOR, 1981, p. 14).

4.1 A vida no rio

O Brasil reconhece a necessidade de manter a tranquilidade nessa região devido à enorme população, cujos meios de subsistência dependem da capacidade de navegar por essas hidrovias. Desde pequenos pescadores a grandes indústrias de turismo, o rio Amazonas é o meio para a liberdade econômica. O ecossistema da Amazônia é genuinamente fascinante, e a população local vive em função do rio. Tudo, de casa a postos de gasolina, lojas e mercados, é construído em pontões improvisados, que permitem que os estabelecimentos subam e descem com a maré. Aqui, os rios variam em tamanho daqueles que somente são navegáveis por canoa para outros que são mais largos e suficiente para passar navios de cruzeiros e táxis aquáticos. Independentemente do tamanho do rio, cada lado termina abruptamente quando se depara com uma parede imponente de

vegetação densa e verde escura, sendo o uso de embarcações a única solução viável para transitar por essas hidrovias.

4.2 O meio ambiente e o povo indígena

Outros dois fatores essenciais a considerar são: a preocupação ambiental e os direitos indígenas brasileiros. A extração ilegal de madeira não apenas representa um assunto sério para o governo brasileiro, mas também para as 400 tribos indígenas (SURVIVAL INTERNATIONAL, 2020) que chamam a floresta tropical de lar. A Floresta Amazônica é um terreno lucrativo para madeireiros ilegais devido à abundância de recursos naturais. Esse mesmo interesse é agravado pelo fato de que, se as autoridades locais e federais identificarem focos ilegais de extração de madeira, os culpados geralmente terão tempo suficiente para escapar e continuar os esforços de extração em outros lugares. Isso não apenas apresenta preocupações ambientais críticas, mas a extração ilegal de madeira também viola, direta e indiretamente, os direitos das tribos indígenas na Amazônia.

4.3 Um estudo na doutrina brasileira

Não olvidado o fato do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil manter uma Força capaz de conduzir OpRib, a doutrina do Ministério da Defesa reconhece que as OpRib são operações inerentemente conjuntas. Portanto, a Organização por Tarefas para uma OpRib é otimizada para incorporar as capacidades e efeitos do Exército, da Marinha e da Força Aérea, conforme necessário. Além disso, a doutrina afirma que cada Força-Tarefa é temporária por natureza e é estabelecida para uma Tarefa ou Operação específica. Essas tarefas vão desde operações em tempo de paz para

fornecer às aldeias remotas acesso a assistência médica até combate ao tráfico de drogas e armas. Semelhante às *Marine Expeditionary Unit* (MEU) ou às *Special Purpose Marine Air-Ground Task Force* (SPMAGTF), uma Força-Tarefa Ribeirinha (ForTarRib) é criada para uma finalidade específica.

É uma organização temporária, cujo comandante é especificamente designado, e os meios e funcionários são alocados a partir de uma organização de diversos comandos, a fim de executar tarefas específicas para uma determinada missão (ESTADO MAIOR, 1981, p. 18).

Em termos de planejamento, os pontos mais críticos que a doutrina brasileira identifica encontram-se na análise do terreno. Dada a natureza desagregada das OpRib, é fundamental entender o terreno para a identificação dos principais aspectos da área de responsabilidade, a fim de facilitar o cumprimento da operação. Esse problema é agravado pela elevação e queda das marés, que podem subir e descer até 15 metros (AMAZON RIVER, 2020), devido à mudança de estação.

Além da seleção de rota, a área de partida, a área de desembarque e a localização da base de combate devem ser minuciosamente examinados (ESTADO MAIOR, 1981, pp. 19-20). Embora os três pontos levem suas considerações distintas de planejamento, há três temas comuns: proximidade às margens dos rios, ação inimiga na área e capacidade de apoio logístico.

A seleção da rota, da área de partida à área de desembarque, deve coincidir com os requisitos da missão. Deve-se considerar a estação atual, pois isso ditará a aproximação e a partida de e para as margens do rio, bem como onde as tropas podem desembarcar em relação às marés. Além disso, a rota deve ser clara o suficiente para poder receber suporte logístico, pois o reabastecimento aéreo nem sempre pode ser uma opção. Por fim, nada disso é relevante sem relatórios precisos e atualizados da situação do inimigo. A seleção da rota deve ser realizada em torno da ameaça, assim como qualquer operação militar cinética. A ForTarRib deve poder se

defender adequadamente o tempo todo durante o trânsito ao longo das margens do rio, embarque e desembarque (ESTADO MAIOR, 1981, pp. 28-30).

A doutrina brasileira também determina a necessidade do Planejamento Militar. Essas bases de combate podem ser estabelecidas ao longo da margem do rio ou em terra, com acesso aos pontos de embarque e desembarque. Seja flutuando ou em terra, essas bases geralmente servem como instalações de Comando e Controle, bem como centros logísticos capazes de receber reabastecimento e empurrá-lo para encaminhar elementos. As mesmas considerações geográficas, hidrográficas, logísticas e inimigas devem ser dadas à base de combate, como mencionado anteriormente. Além disso, atenção especial deve ser dada às zonas de desembarque de helicópteros, se necessário, especialmente durante a estação chuvosa (ESTADO MAIOR, 1981, pp. 31-32).

Seguindo as considerações de planejamento, o manual se concentra em aspectos das OpRib, que podem ser livremente aplicadas a várias funções de combate. Mais especificamente, a doutrina enfatiza Inteligência, Apoio ao Combate, e Apoio de Serviço ao Combate. Como muitos dos Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) já foram discutidos em relação ao ambiente e ao inimigo, revisaremos brevemente as demais áreas funcionais.

4.4 As funções de combate

O manual divide o Apoio ao Combate em Apoio de Fogo, Apoio de Engenharia e Comunicações. Enquanto os fundamentos do apoio ao fogo brasileiro geralmente espelhem os dos outros militares, eles são complicados em termos de OpRib, dado o terreno. O manual enfatiza a importância da economia de força. Os fogos em apoio às operações descentralizadas devem se concentrar em aspectos técnicos e não técnicos. Os aspectos não técnicos incluem a mobilidade

limitada no solo, a imprecisão de levantamentos topográficos, a necessidade potencial de empregar artilharia a bordo de barcaças flutuantes e a necessidade de usar recursos de asas rotativas para transportar as peças e munições de artilharia, entre outras (ESTADO MAIOR, 1981, pp. 40-41). Avançando para 2017 e de maneira muito semelhante, o USMC está investindo nessa capacidade empregando o Sistema de Foguetes de Artilharia de Alta Mobilidade (*HIMARS*) a bordo de navios anfíbios (SNOW, 2018).

A seguir, a doutrina brasileira enfatiza fortemente as operações de engenharia. Ele chega ao ponto de reconhecer que as operações de engenharia, em termos de levantamentos topográficos na Área de Operações, normalmente servirão como base do processo de planejamento das OpRib (ESTADO MAIOR, 1981, p. 42). Além disso, dado o terreno, os esforços de engenharia fornecem apoio vital em termos de limpeza e construção de obstáculos. Mais importante, no que diz respeito às minas, marítimas e terrestres, os engenheiros terão a responsabilidade dividida entre os componentes da Esquadra e do Corpo de Fuzileiros Navais, respectivamente (ESTADO MAIOR, 1981, p. 42).

A natureza da descentralização, ao realizar OpRib, conforme explicado pelos brasileiros, foi discutida detalhadamente. O planejamento das comunicações é vital para a condução bem-sucedida das operações militares, pois esse planejamento se torna cada vez mais importante para facilitar o comando e o controle no ambiente ribeirinho (ESTADO MAIOR, 1981, pp. 42-44). Além das frustrações naturais apresentadas pelo terreno e pelas operações descentralizadas, atenção especial deve ser prestada às operações conjuntas. No entanto, dentro das OpRib brasileiras, isso geralmente é visto como norma devido às OpRib que frequentemente empregam não apenas as forças-tarefa navais e dos fuzileiros navais, mas também as unidades do exército e da força aérea.

Por fim, a doutrina brasileira adota adequadamente o Apoio de Serviço ao Combate para atender às demandas das OpRib. O manual enfatiza as restrições logísticas inerentes à região que são impostas à força conjunta. Portanto, é prudente que a força maximize a vantagem dos recursos locais na medida do possível, pois a disponibilidade de armazéns e portos na Área de Operações é improvável. Além disso, a força deve conhecer as necessidades de apoio e assistência à população, pois muitas OpRib são realizadas em tempos de paz. Como foi discutido anteriormente, as barcaças flutuantes são de salvação parte da vida dos habitantes locais; e, portanto, a ForTarRib deve considerar a possibilidade de criar um depósito flutuante, se necessário (ESTADO MAIOR, 1981, pp. 48-49).

Através da aplicação dessas funções e ações, o Manual passa para a fase de execução das OpRib. A doutrina afirma que as OpRib são caracterizadas exclusivamente como descentralizadas, descontínuas, limitadas em rotas de transporte, limitadas em meios de transporte e vulneráveis em relação aos caminhos e meios de transporte selecionados (ESTADO MAIOR, 1981, p. 51).

São relevantes para o escopo deste trabalho as Ações e Operações da ForTarRib, realizadas pelas Forças Armadas brasileiras. Essas ações e operações são divididas entre ações terrestres, ações fluviais e ações combinadas. As ações terrestres geralmente seguem as diretrizes específicas descritas na doutrina do Exército brasileiro, enquanto as ações fluviais seguem as orientações descritas na doutrina naval.

Quando mescladas, as Operações Conjuntas da ForTarRib podem realizar uma ampla variedade de tarefas. Essas tarefas incluem esclarecimento e reconhecimento, patrulhas e vigilância das vias aquáticas, bloqueio hidroviário, assaltos às margens dos rios, incursões, emboscadas e retiradas (ESTADO MAIOR, 1981, pp. 60-64).

5. ORGANIZAÇÃO E OPERAÇÕES ATUAIS

Militarmente falando, "a Amazônia pode ser considerada em tese um 'Teatro de Operação Marítima (Fluvial) devido ao ambiente operacional ser caracterizado principalmente por cursos de água" (NOGUEIRA, p. 106). Por esse motivo, o Comando do 9º Distrito Naval está sediado em Manaus. Criado em 3 de maio de 2005, o Comando foi ativado com a seguinte intenção:

Tem como principais tarefas a execução de Operações Ribeirinhas, utilizando-se dos seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como, atividades de Patrulha e de Inspeção Naval, numa malha hidroviária com 22.000 km de extensão, onde trafegam cerca de 35.000 embarcações. Além disso, prossegue com o importante trabalho assistencial que a Marinha desenvolve na Amazônia, por meio das Atividades de Assistência Hospitalar (ASSHOP) e Cívico Sociais (ACISO), com seus navios-patrulha, de assistência hospitalar e embarcações das Capitânicas Fluviais e Agências (MB, 2020).

5.1 A estrutura do Comando do 9º Distrito Naval

Entre as Organizações Militares (OM) subordinadas ao Com9ºDN, destacam-se, no cumprimento das Operações Ribeirinhas, o 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas (1ºBtlOpRib), o 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste (Esqd HU-91) e o Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM) (NOGUEIRA, 55).

Manaus funciona como o coração da Floresta Amazônica e do Rio Amazonas e, por esse motivo, serve como sede do 1ºBtlOpRib. Antes de 2002, para realizar OpRib nas proximidades de Manaus e em regiões mais interiorizadas na Amazônia, as unidades ribeirinhas de Fuzileiros Navais que estavam dispersos por todo o Brasil, tinham que se reagrupar para adestrar e executar operações. Algumas dessas unidades já eram sediadas em Manaus, mas outros estavam localizados

em Belém. Outras ficavam ainda mais longe, no Rio de Janeiro, onde se localiza a sede do Corpo de Fuzileiros Navais. Isso apresentava um desafio logístico significativo que, embora instrutivo para o desenvolvimento da capacidade expedicionária, o que era visto pelos Oficiais Gerais da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais com certa ressalva, pelo dispêndio de recursos, que limitava a frequência desses adestramentos.

Assim, devido a necessidade de ampliar as capacidades na Amazônia, o Comandante da Marinha do Brasil autorizou a formação do 1ºBtlOpRib em 2002. Esse Batalhão de Infantaria padrão teve suas capacidades ampliadas visando uma melhor efetividade na condução das Operações Ribeirinhas. Entre os componentes adicionais mais importantes, destacam-se as embarcações silenciosas e de alta velocidade. Essas capacidades combinadas forneceram à Marinha e ao Corpo de Fuzileiros Navais uma autonomia no adestramento e na execução das OpRib. Conforme descrito em uma publicação oficial da Marinha do Brasil, essa mudança permitiu ao “BtlOpRib atender às características inerentes ao Poder Naval (mobilidade, flexibilidade, permanência e versatilidade)” (NOGUEIRA, 102).

5.2 O emprego do Conjugado Anfíbio

O Comando do 9º Distrito Naval foi treinado, organizado e equipado adequadamente para conduzir as OpRib, dada a sua localização e OM subordinadas. O conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais prontos para cumprir missões relacionadas à projeção do poder sobre terra é conhecido como “conjugado anfíbio”, estrutura semelhante ao *Amphibious Ready Group (ARG) / Marine Expeditionary Unit (MEU)* do USMC.

O “conjugado anfíbio” aplica seu poder de combate para alcançar os objetivos da Estratégia Nacional de Defesa (END) no que diz respeito à defesa da Região Amazônica

(NOGUEIRA, p. 106). Enquanto cada parte do conjugado mantém suas responsabilidades inerentes, o objetivo de toda a organização é a integração naval para gerar a capacidade máxima de poder de combate necessária.

Quanto à tropa do Corpo de Fuzileiros Navais, ela é organizada como Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOptFuzNav), sendo uma organização-por-tarefas constituída para o cumprimento da missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que grupa os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades. Essa estrutura é o que o USMC chama de *Marine Air Ground Task Force*¹⁰ (MAGTF). Quando composto, esse grupo é capaz de cumprir uma ampla variedade de missões, adaptados aos ambientes ribeirinhos e da selva. Segundo o ex-comandante do Comando do 9º Distrito Naval, o 1ºBtlOpRib:

Foca seus adestramentos em ambiente de selva (operações ofensivas e defensivas), combate em localidade, controle de vias fluviais e margens adjacentes, ações de contraguerrilha, defesa de instalações de interesse da Marinha e operações de GLO, incluindo nestas últimas a participação em patrulhas navais (NOGUEIRA, p. 107).

Esses recursos, quando integrados aos componentes navais mencionados acima, apresentam uma força coerente e profissional capaz de conduzir uma ampla variedade de missões em ambientes ribeirinhos. Exemplos recentes que demonstram a versatilidade de emprego dos GptOptFuzNav podem ser vistos durante os jogos da Copa do Mundo de 2014 e também durante as eleições nacionais, também em 2014, conduzindo operações de garantia da lei e da ordem nas vias navegáveis do Rio de Janeiro (NOGUEIRA, p. 107).

Até este ponto, examinamos a doutrina brasileira das OpRib e as possibilidades de emprego, com ênfase na Marinha e no Corpo de Fuzileiros Navais. Dado o ambiente e a história

¹⁰ Força-Tarefa Expedicionária Aéreo-Marítima

do Brasil na realização de OpRib, é aceitável classificá-los como especialistas no assunto nessa capacidade de combate. Tendo esse entendimento fundamental como linha de base, agora podemos explorar a capacidade do USMC de extrair TTPs dos brasileiros e aplicá-los, visando uma maior integração naval de acordo com o *Comandant's Planning Guidance*.

6. TENTATIVAS NÃO REALIZADAS

Dado o que sabemos agora sobre as OpRib, aparentemente o USMC parece ser uma organização excepcionalmente bem capacitada para assumir a responsabilidade de realizar esses tipos de operações, com ênfase específica nos aspectos dos elementos de combate no solo. Sua capacidade de elevar as operações do MAGTF ao nível da companhia, sua história naval e sua proximidade com as forças navais no exterior e nos Estados Unidos da América o tornam adequado para integrar algumas das características brasileiras para proporcionar melhores efeitos tangíveis à USN.

6.1 O reconhecimento do requisito do USMC

Uma análise do envolvimento fluvial da USN e do USMC, conduzida pelo *Center for Naval Analyses*¹¹ em 2006, mostra que o USMC tem uma história associada ao seu emprego em águas marrons. A análise, intitulada *Renewal of Navy's Riverine Capability: A Preliminary Examination of Past, Current and Future Capabilities*¹², mostra que o USMC é capaz de realizar OpRib. Os problemas tornam-se aparentes nos esforços de longo prazo para sustentar a tarefa, principalmente, devido às tarefas concorrentes que absorvem recursos limitados.

A análise remonta ao *Small Wars Manual*¹³ do USMC, escrito em 1940, que descrevia explicitamente a importância dos caminhos das águas interiores. Para contextualizar, destacamos a seguinte passagem do manual:

¹¹ Centro de Análises Navais (tradução nossa).

¹² Renovação da Capacidade Fluvial da Marinha: Um Exame Preliminar das Capacidades Passadas, Atuais e Futuras (tradução nossa).

¹³ Manual de Pequenas Guerras (tradução nossa).

During the estimate of the situation, or after the initiation of the intervention, it may become apparent that navigable inland waterways exist within the theater of operation to such an extent that their use by the intervening force is necessary or advisable (HEADQUARTERS, 1940, p. 10-1).¹⁴

A partir daí, a análise termina com as várias iniciativas expostas pelo USMC no final dos anos 80 e início dos anos 90. O Programa Ribeirinho Colombiano do USMC, as capacidades de Pequenas Embarcações da Força Expedicionária Marítima I e II (I e II MEF), a Política Ribeirinha e as Pequenas Embarcações da USMC do General Mundy procuraram ajudar no estabelecimento formal de uma capacidade orgânica de águas marrons no USMC (BENBOW, 2006, p. 124). Por mais bem estruturadas que essas propostas fossem, devido a várias razões, desde restrições orçamentárias à falta de pessoal, um conceito formalizado nunca foi adotado ou implementado.

Em 1992, um esforço adicional foi realizado, conhecido como *Small Craft Company*¹⁵ (SSCo). Cinco anos depois, em 1997, o *Marine Corps Combat Development Command*¹⁶ (MCCDC) determinou que a capacidade ribeirinha orgânica era um requisito institucional e também reconheceu os déficits no financiamento e apoio adequados à iniciativa. Apesar de a SSCO estar limitada por recursos, a organização acabaria recebendo uma sede permanente em *Camp Lejeune* quase dez anos depois. Infelizmente, essa conquista seria de curta duração e, em 2005, a organização foi dissolvida (BENBOW, 2006, p. 126).

Outro esforço essencial no qual a USN em geral tentou revigorar os esforços nas águas interior foi com o *The Worthington Study*. Em 1990, o *United States Naval Special Warfare*

¹⁴ Durante o exame da situação, ou após o início da intervenção, pode tornar-se aparente a existência de vias navegáveis interiores dentro do teatro de operações, a tal ponto que seu uso pela força interveniente seja necessário ou aconselhável (tradução nossa).

¹⁵ Esquadrão de Embarcações Pequenas (tradução nossa).

¹⁶ Comando de Desenvolvimento de Combate do Corpo de Fuzileiros Navais (tradução nossa).

Command (NAVSPECWARCOM), a pedido da USN e do USMC, foi incumbido de "desenvolver um conceito de treinamento e operação para colocar em prática e exercer uma capacidade de ataque fluvial no nível batalhão a partir da estrutura de força existente da USN¹⁷" (BENBOW, 2006, p. 18, tradução nossa) Em apenas quatro meses, o almirante Worthington, comandante do NAVSPECWARCOM, determinou que uma capacidade apropriada consistiria em 3.000 militares e 75 embarcações compostas por transporte de tropas, patrulha e material, e apoio logístico (BENBOW, 2006, p. 19).

Construído em torno de uma Unidade Anfíbia, esse estudo produziu um resultado extremamente representativo não apenas para as MEUs, como também para o Comando do 9º Distrito Naval da Marinha do Brasil. Apesar das semelhanças entre as MEUs e a proposta do Worthington, o aspecto mais relevante do estudo foi o fato de que essa estrutura foi estritamente projetada para OpRib. Worthington também reconheceu que, para que o plano seja eficaz, a USN e o USMC seriam obrigados a desenvolver o programa em uníssono, em vez de desenvolvimento em separados.

6.2 O MEU pode, mas não é uma habilidade ribeirinha

A análise também chama a atenção das *Marine Expeditionary Units*¹⁸ (MEU) para incluir ações conduzidas pela 24ª MEU, quase 60 anos após a redação do *Small Wars Manual*, em que a Equipe de Desembarque do Batalhão foi incumbida de realizar OpRib ao longo do Rio Eufrates (BENBOW, 2006, p. 136). Dado seu nível inerentemente alto de integração naval, uma

¹⁷ Develop a training and operational concept to field and exercise a battalion-size riverine assault capability from existing USN force structure (tradução original).

¹⁸ Unidades Expedicionárias Marítimas (tradução nossa).

MEU parece ser a plataforma ideal para iniciar os esforços de integração. Na superfície, uma MEU parece ser adequada para conduzir OpRib devido às capacidades orgânicas para ir dos navios para terra e sua capacidade de realizar proficientemente operações descentralizadas. Embora essa solução aparentemente pareça viável e realista, a análise da *CNA* afirma com precisão o seguinte:

The Corps' well-established small craft assault capability currently maintained with the MEU (SOC)s must be distinguished from a riverine capability. The MEU (SOC)'s capability to deliver infantry companies, by small boat, in an amphibious raid is wholly different than the fully integrated mix of capabilities that may be required to successfully accomplish a riverine mission. The one is a single ship-to-shore task while the latter is a rich mix of warfighting tasks (BENBOW, 2006, p. 123)¹⁹.

Embora os recursos, até certo ponto, existam nas sete MEUs do Corpo de Fuzileiros Navais, a prática não obteve amplo apoio. O USMC, no entanto, provou duas coisas: mostrou que é capaz de conduzir OpRib, porém, também confirmou que outras linhas de esforços têm uma prioridade mais alta. Criar algo além de um recurso *ad hoc* exigirá investimento; um investimento de tempo, pessoal e recursos.

Existe e tem havido uma genuína vontade por uma capacidade ribeirinha permanente; no entanto, todos os esforços para isso foram insuficientemente apoiados. Além disso, nos casos mencionados acima, onde a habilidade não era procurada durante iniciativas em tempos de paz, uma capacidade foi implementada devido a um requisito de tempo de guerra. Embora alguns desses casos, como o Iraque, tenham apresentado tempo e espaço para facilitar uma curva natural de aprendizagem, outros cenários de guerra podem não oferecer tais oportunidades.

¹⁹ A capacidade bem estabelecida de pequenas embarcações de assalto do USMC, atualmente mantida com os MEU (SOC), deve ser diferenciada de uma capacidade fluvial. A capacidade do MEU (SOC) de projetar tropas de infantaria, de pequenas embarcações, em um assalto anfíbio é totalmente diferente da combinação totalmente integrada de recursos que podem ser necessários para realizar com sucesso uma operação ribeirinha: a primeira é uma tarefa tipo 'navio para terra', enquanto a segunda é uma rica mistura de tarefas de combate (tradução nossa).

7. GERANDO INTEGRAÇÃO

A mesma vontade por uma capacidade ribeirinha ainda persiste até hoje? A análise de estratégias para conflitos no século XXI demonstra que é necessário projetar uma capacidade do mar, dos litorais e das vias interiores para controle de acesso e negação de área? A história demonstrou que, em algum momento, a USN, o USMC e o USA (*United States Army*) tiveram que adotar TTPs para proporcionar um efeito nas regiões de águas marrons nos anteriores conflitos que os EUA se envolveram.

7.1 Os litorais

Em 2017, a USN e o USMC publicaram um conceito intitulado *Littoral Operations in a Contested Environment*²⁰ (*LOCE*). O objetivo da ideia era triplo. O primeiro objetivo foi descrever como a USN e o USMC controlarão os litorais em futuros conflitos. O segundo era descrever possíveis maneiras pelas quais a USN e o USMC deveriam ser organizados, treinados e equipados para controlar os litorais em futuros conflitos. O objetivo final do conceito era atualizar os tomadores de decisão, durante futuros conflitos, com informações baseadas em testes, jogos de guerra, doutrina e políticas geradas, como resultado desse conceito.

Como base para suas definições marítimas, o conceito *LOCE* aponta para a Doutrina Conjunta dos Estados Unidos da América. A *Joint Publication 3-32 Joint Maritime Operations*²¹ (*JP 3-32*) afirma que, entre outros aspectos, o domínio marítimo consiste nos litorais (JOINT

²⁰ Operações Litorais em um Ambiente Contestado (tradução nossa).

²¹ Publicação Conjunta 3-32 As Operações Marítimas Conjuntas (tradução nossa).

STAFF, 2020, p. x) e divide os litorais em duas partes. Com relação aos litorais, ela declara o seguinte:

The littoral comprises two segments of the operational environment (OE). First, 'seaward: the area from the open ocean to the shore, which must be controlled to support operations ashore.' Second, 'landward: the area inland from the shore that can be supported and defended directly from the sea'" (JOINT STAFF, 2020, p. x)²².

É dentro do segundo segmento que o USMC está melhor posicionado para obter o efeito mais significativo para a integração naval e o controle marítimo, apresentado nas *Commandant's Planning Guidance*. No entanto, um componente vital e necessário para operacionalizar esse segundo segmento é o controle da área marítima. Para projetar poder nas regiões de águas marrons, é preciso controlar a área marítima, pois os rios são uma extensão da supremacia marítima, fato esse já vivenciado pela USN no Vietnã. Sem a frota naval operando, em grande parte, sem contestação na costa do Vietnã do Sul, a Marinha não teria acesso; e, portanto, não poderia ter projetado poder em terra, ao longo dos pântanos do Delta do Mekong.

7.2 As ameaças

O conceito *LOCE* também reconhece plenamente que os avanços nas capacidades de superfície, submarina, aérea e cibernética, bem como suas armas associadas, apresentam novos tipos de oportunidades para a defesa costeira. Embora altamente capazes e sincronizados, os ARG-MEUs e outras grandes embarcações se apresentam como alvos lucrativos. Isso é especialmente

²² "O litoral compreende dois segmentos do ambiente operacional (AO). Primeiro, 'em direção ao mar: a área do oceano aberto para a costa, que deve ser controlada para apoiar operações em terra'. Em segundo lugar, 'em direção ao solo: a área para o interior da costa que pode ser apoiada e defendida diretamente do mar'" (tradução nossa).

verdadeiro, dado ao avanço dos sistemas de mísseis, com ênfase nos mísseis anti-navios. O combate a esse efeito adverso exigirá adaptação, e deve incentivar a descentralização, dispersão e um aumento nas operações de vigilância.

A capacidade dos MEUs e a capacidade do Corpo de Fuzileiros Navais de operar em grande escala de forma descentralizada foram discutidas detalhadamente ao longo deste estudo. O conceito *LOCE* identifica corretamente que a vigilância e o esclarecimento também são aspectos essenciais das operações costeiras bem-sucedidas para defender a força e os alvos de alto valor. A doutrina brasileira também reconhece que a vigilância e o reconhecimento são uma das várias funções das OpRib. O USMC também possui versatilidade no desenvolvimento das suas diversas tarefas de caráter convencional, projetadas não apenas para ação direta; todavia, principalmente, para operar de forma descentralizada, tendo o reconhecimento como função principal.

A análise do conceito *LOCE* para o reconhecimento apresenta um objetivo maduro para o USMC para gerar poder de combate em coordenação com a USN. O conceito *LOCE* indica o seguinte:

employed in conjunction with manned and unmanned aircraft [...] 'hard to find, hard to hit' platforms, operating from mobile expeditionary locations or an afloat forward staging base would further complicate adversary targeting and help provide friendly forces a favorable missile ratio" (DEPARTMENT OF THE NAVY, 2017, p. 14)²³.

Ao estudar a doutrina ribeirinha brasileira e, mais especificamente, o Comando do 9º Distrito Naval, existem paralelos distintos entre as operações reais que ocorrem na Amazônia e

²³ "Empregado em conjunto com aeronaves tripuladas e não tripuladas [...] plataformas 'difíceis de encontrar, difíceis de atingir', operando a partir de bases expedicionárias móveis ou em uma base flutuante avançada complicaria ainda mais a mira do adversário e ajudaria a fornecer às forças amigas proteção seus mísseis" (tradução nossa).

sobre o que os líderes da USN e do USMC debateram profundamente. Como afirmam os conceitos *LOCE* e *CPG*, a necessidade de integração naval entre a USN e o USMC é essencial. Embora os conflitos pós-Guerra Fria (1947-1989) tenham apresentado acesso e controle irrestritos ao domínio marítimo, é muito menos provável que conflitos futuros o façam. O USMC assume parte da responsabilidade pelas operações de águas marrons, o que parece ser uma parcela relativamente simples, embora vital. A história mundial e o reconhecimento brasileiro de que a Amazônia é um domínio marítimo nos provam que o controle das vias navegáveis interiores e o controle marítimo dependem um do outro.

7.3 Unidades com potencial

Além das capacidades não tripuladas e tecnologicamente complexas que, sem dúvida, continuarão a evoluir, sempre haverá a necessidade olhar, observar e ouvir presencialmente os objetivos. Dito isto, o USMC mantém duas unidades, cujas capacidades são baseadas em táticas de infantaria e pequenas unidades, muitas vezes operando de forma descentralizada e doutrinariamente projetadas para conduzir operações de reconhecimento. Os batalhões de reconhecimento²⁴ e os batalhões de reconhecimento blindados leves²⁵ são especialmente adequados para a condução de OpRib da maneira estabelecida na doutrina brasileira.

Unidades como essas são ideais para projetar poder em águas marrons, a partir de plataformas marítimas. Além disso, eles provaram sua capacidade. Essa adaptabilidade foi testada em 2006 e 2007 com os esforços do USMC para garantir a barragem de *Haditha* ao longo do rio

²⁴ 1º Batalhão de Reconhecimento, 2º Batalhão de Reconhecimento, 3º Batalhão de Reconhecimento, 4º Batalhão de Reconhecimento.

²⁵ 1º Batalhões de Reconhecimento Blindados Leve, 2º Batalhões de Reconhecimento Blindados Leve, 3º Batalhões de Reconhecimento Blindados Leve, 4º Batalhões de Reconhecimento Blindados Leve.

Eufrates. Enquanto a USN estava capacitando pessoal e alocando recursos para assumir a operação, os fuzileiros navais reservistas, consistindo do 4º *Light Armored Reconnaissance Battalion* (LAR)²⁶ e no 4º *Amphibious Assault Battalion* (AAB)²⁷ formaram o que se tornou conhecido como *Dam Security Units* (DSU)²⁸.

7.4 Operações ao longo o rio do Eufrates

Quase instantaneamente, esses fuzileiros navais dos EUA fizeram a transição de seus principais veículos de combate para embarcações rasas de dez metros para realizar operações de segurança ao longo do rio Eufrates. Os *DSUs* forneceram um meio adicional de fogo e manobra à força para negar o acesso a combatentes insurgentes e impedir o rio de ser um meio de manobra para o adversário. Essas ações, e muitas outras, provaram que os fuzileiros navais podiam fazer a transição facilmente de veículos sobre rodas, realizando operações em terra, e substituindo-os por embarcações para realizar as mesmas operações nos litorais terrestres.

A guerra de manobras é a ideologia central na qual toda a doutrina se baseia USMC. A *Marine Corps Doctrinal Publication 1*²⁹ declara o seguinte:

Maneuver warfare is a warfighting philosophy that seeks to shatter the enemy's cohesion through a variety of rapid, focused, and unexpected actions which create a turbulent and rapidly deteriorating situation with which the enemy cannot cope" (HEADQUARTERS, 1997, p. 73)³⁰.

²⁶ Batalhão de Reconhecimento Blindado Leve (tradução nossa).

²⁷ Batalhão de Assalto Anfíbio (tradução nossa).

²⁸ Unidades de Segurança de Barragens (tradução nossa).

²⁹ *Publicação Doutrinária 1 do Corpo de Fuzileiros Navais* (tradução nossa).

³⁰ "A guerra de manobras é uma filosofia de combate que procura destruir a coesão do inimigo por meio de uma variedade de ações rápidas, focadas e inesperadas que criam uma situação turbulenta e em rápida deterioração com a qual o inimigo não pode lidar" (tradução nossa).

Dito isto, no tempo e no espaço, o USMC deve se comprometer a criar uma capacidade de águas marrons. A falta dessa capacidade criaria uma lacuna para as forças adversárias nas quais eles são capazes de explorar. Como esse estudo demonstrou, essas lacunas foram usadas repetidamente até o ponto em que a lacuna se transformou em uma superfície e uma capacidade ribeirinha foi momentaneamente implementada. A guerra de manobras não é a ideia de que há uma resposta para todos os problemas, mas sim que, independente de capacidades, qualquer domínio pode ser usado para criar e explorar uma vantagem.

Nessa mesma linha, como o 4º LAR e o 4º AAB demonstraram ao longo do rio Eufrates, a guerra de manobra no nível tático é agnóstica. Substituir o Light Armored Reconnaissance Vehicle (LAV)³¹ da LAR, o Amphibious Assault Vehicle (AAV)³² da AAB ou a Combat Rubber Raiding Craft (CRRC)³³ do Batalhão de Reconhecimento por uma embarcação rasa com blindagem, metralhadoras e propulsão a jato a ré, é uma transição relativamente suave, o que os fuzileiros navais dos EUA já demonstraram.

As tarefas de Operações Ribeirinhas, conforme definidas pela doutrina brasileira, são todas as tarefas que os USMC treinam e estão preparados para executar. Quer sejam sobre rodas, lagartas ou flutuando, essas tarefas são possíveis através de vários meios e maneiras diferentes. O veículo é agnóstico. As operações da DSU ao longo do rio Eufrates demonstraram isso. Com treinamento e uma mínima familiarização com a embarcação de patrulha de dez metros, os USMC conseguiram realizar operações de interdição, que identificaram e destruíram os esconderijos de armas inimigas, bem como o estabelecimento de bases flutuantes para apoio de fogo do tipo Support By Fire (SBF)³⁴ para apoiar os fuzileiros navais dos EUA em terra.

³¹ Veículo Blindado Leve (tradução nossa).

³² Veículo de Assalto Anfíbio (tradução nossa).

³³ Embarcação de Incursoão Pneumática de Combate (tradução nossa).

³⁴ Posição de apoio de fogo (tradução nossa).

7.5 Transferência de habilidades

Este não é um estudo sobre pessoal e material; no entanto, é necessário abordá-lo e, ao mesmo tempo, reconhecer o fato de que é necessária muito mais análise. O *Force Design 2030*, reiterou o desejo de explorar oportunidades para o USMC se envolver em OpRib e também identificou várias áreas nas quais o USMC deveria investir. De importância para este estudo, o *Force Design 2030* declara que o USMC se despojará das *Tank Battalions* e aumentará a capacidade dos *Light Armored Reconnaissance Battalions* (HEADQUARTERS, 2020, p. 7).

Essas desincorporações e novos investimentos apresentam uma rara oportunidade para o USMC de transferir recursos de ativos mecanizados terrestres para ativos marítimos e fluviais, capazes de fornecer maior integração naval e gerar poder de combate em todos os segmentos das operações litorâneas. Embora totalmente diferentes, uma análise mais aprofundada das operações mecanizadas mostra que os conceitos de apoio fornecidos pelos carros de combate não são totalmente diferentes daqueles que são capazes de serem fornecidos pelas embarcações ribeirinhas. Substitua um veículo sob lagarta por uma embarcação, e a embarcação e seus operadores podem oferecer o mesmo apoio ao componente de combate terrestre (CCT). O destino daqueles com especializações de carros de combate continua a ser visto, mas há uma similaridade e transferibilidade distintas do conjunto de habilidades.

7.6 Do mar para os segmentos terrestres

O USMC exige uma capacidade ribeirinha para projetar poder marítimo para o interior.

O *Force Design 2030* afirma que:

The Marine Corps must be able to fight at sea, from the sea, and from the land to the sea; operate and persist within range of adversary long-range fires; maneuver across the seaward and landward portions of complex littorals; and sense, shoot, and sustain while combining the physical and information domains to achieve desired outcomes (HEADQUARTERS, 2020, p. 7)³⁵.

Para oferecer uma capacidade capaz de manobrar por porções marítimas e terrestres dos litorais, o USMC deve investir para projetar poder em ambientes de águas marrons. A história provou que há uma necessidade absoluta de controlar o segmento terrestre dos litorais, e o USMC, com sua longa tradição naval, tem a postura de se adaptar e se alinhar aos esforços navais dos EUA. Embora esse alinhamento possa e deva ocorrer de várias formas, a missão Ribeirinha é aquela que os fuzileiros navais dos EUA provaram, por necessidade, que são capazes.

³⁵ O USMC deve poder lutar no mar, do mar e da terra para o mar; operar e persistir dentro do alcance dos fogos adversos de longo alcance; manobrar através das porções marítimas e terrestres de litorais complexos; e sentir, atirar e se manter enquanto combina os domínios físico e informacional para alcançar os resultados desejados (tradução nossa).

8. TRANSFERÊNCIA DE CAPACIDADE

Há um entendimento de que a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil são considerados especialistas no assunto das operações de águas marrons. Também existe o entendimento de que existe uma vontade para que a USN e o USMC se integrem de maneira semelhante para conduzir as mesmas operações. Com base na doutrina brasileira, sua precisa integração em força conjunta, e o tempo alocado em adestramentos nesse tipo de missão, deixa patente que há certos aspectos e lições aprendidas que o USMC poderia implementar para alcançar eficiências semelhantes. Esses aspectos consistem principalmente em cultura, organização e treinamento.

8.1 A cultura da Marinha do Brasil

No que diz respeito à cultura, o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil existe apenas para servir como multiplicador de forças da Marinha do Brasil. Suas raízes são fundamentadas no caráter naval e permanecem assim desde o início em 1808. A pequena força, composta por aproximadamente 17.000 fuzileiros navais, é, em muitos aspectos, mais uma parte da Marinha do Brasil do que a o USMC é da USN. Para começar, embora exista uma quantidade inconfundível de orgulho que os fuzileiros navais brasileiros carregam com eles, eles são inegavelmente considerados oficiais e soldados da Marinha. Para os brasileiros, não há separação entre forças.

O Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil existe para projetar poder naval do mar em terra. Um exemplo disso é a integração é a formação profissional do Corpo de Oficiais da Marinha do Brasil e Corpo de Fuzileiros Navais. Da Escola de Comando e Estado-Maior em diante, não há

separação de formação. Os oficiais da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil estudam lado a lado os aspectos inerentes à guerra naval. Esse tipo de treinamento promove um ambiente de força singular, com cada componente tendo uma firme compreensão da capacidade e finalidade do outro.

8.2 A organização da Marinha do Brasil

Em relação à organização, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA pode explorar a estrutura do Comando do 9º Distrito Naval. O Comando do 9º Distrito Naval baseia suas habilidades operacionais no conceito conhecido como “Conjugado Anfíbio”; ativos de asa rotativa, fuzileiros navais e navios de superfície. No seu cerne, encontra-se um Batalhão de Operações Ribeirinhas (BltOpRib), que possui em sua dotação aproximadamente mil fuzileiros navais. Esse comando naval reflete em grande parte o do ARG-MEU da USN e do USMC. O batalhão de infantaria, que é uma unidade de base permanente, funciona como uma versão brasileira do MAGTF, e a Marinha do Brasil traz os navios maiores e as aeronaves de asa rotativa para a luta para composição de forças de modo a completar o Poder Naval.

Esse comando é capaz de conduzir OpRib descentralizadas em todo o domínio marítimo da Amazônia. Para o USMC e seu conceito de Operações Avançadas Expedicionárias, a organização por tarefas do Comando do 9º Distrito Naval representa algo que o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA é capaz de realizar. Dado o treinamento adicional inerente à operação no segmento litorâneo, a Equipe de Desembarque do Batalhão pode se basear em como o BltOpRib realiza operações de maneira descentralizada.

O adestramento é o fator limitante para o USMC. Em termos técnicos e táticos, o USMC comprovou sua capacidade de realizar OpRib. No entanto, esse aprendizado ocorreu no

calor do momento, em que surgiu a necessidade da capacidade. Para gerar capacidade e manter uma força constante, o USMC deve treinar para essa capacidade. Como vimos, o simples fato de as MEUs conduzirem operações de navio para terra não equivale a uma capacidade ribeirinha.

8.3 Outros meios para estudar

O USMC deve aprender e entender como disparar, mover e se comunicar nas hidrovias interiores. De fato, na USN há Forças Ribeirinhas que eles podem incluir os *Special Warfare Combatant Craft* (SWCC). No USMC, também existem batalhões de reconhecimento que, até certo ponto, são treinados para operar com uma capacidade aumentada de inserção de segmentos marítimos em segmentos terrestres. Aqui, o USMC pode olhar para a estrutura e o treinamento fornecido pelo Comando do 9º Distrito Naval.

Além disso, em 2013, a Marinha do Brasil criou o Curso Especial de OpRib para Marinhas Amigas. Esse curso de seis semanas visa compartilhar o conhecimento e as lições aprendidas ao longo da história do Brasil na Amazônia. Sediado em Manaus, a Marinha do Brasil já recebeu marinheiros dos Estados Unidos da América, Angola, Namíbia, Reino Unido e outros países (NOGUEIRA, p. 105). Aqui, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA se beneficiaria duas vezes. Primeiro, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA teria a oportunidade de treinar e aprender as táticas, técnicas e procedimentos necessários para conduzir as OpRib em um dos ambientes mais severos da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais. Segundo, pois em 2019, a República Federativa do Brasil foi anunciada como um grande aliado não pertencente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) pelo Presidente Donald Trump (1946-) e pelos EUA (WHITE HOUSE, 2019). Qualquer oportunidade para promover o treinamento entre as duas nações seria de grande valia. Esse curso de OpRib para os fuzileiros navais de nações amigas oferece aos fuzileiros

navais de ambos os países a oportunidade de trocar conhecimentos no assunto e, ao mesmo tempo, reforçar as relações entre as duas nações.

9. CONCLUSÃO

Até agora, vimos que segmentos terrestres dos litorais forneceram um meio de logística e transporte de pessoal pelos vietcongues durante o conflito no Vietnã, combatentes insurgentes ao longo do rio Eufrates durante a Operação Iraqi Freedom e traficantes de drogas em várias partes do Brasil, nomeadamente na Amazônia. Se esse domínio não for afetado, os adversários continuarão a explorar a falta de capacidade e a falta de atenção. Uma maneira pela qual o USMC poderia negar essa vantagem a futuros adversários é por meio da aplicação de OpRib. A doutrina e a aplicação da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil fornecem uma base fundamental a partir da qual a USN e o USMC podem estudar, adaptar e aplicar para promover a projeção do controle do mar em todos os segmentos do litoral.

Seja estudando os tipos de embarcações e navios pequenos e econômicos, ou os meios de integração para a aplicação do poder de combate em ambientes de águas marrons, os especialistas brasileiros no assunto oferecem uma riqueza de conhecimentos. Esta breve análise demonstrou fortemente que sempre houve a necessidade de uma capacidade de águas marrons. Para aprofundar o assunto, estudos como os a *LOCE* sugere que o segmento terrestre dos litorais será aspectos essenciais de qualquer conflito futuro para projetar o controle do mar.

O comandante determinou que uma maior integração naval é um requisito fundamental da futura *Fleet Marine Force* (FMF). De acordo com sua orientação, a FMF apoiará “em mares próximos e confinados, onde fogos de precisão de longo alcance inimigos ameaçam manobras por plataformas navais tradicionais de grande assinatura” (BERGER, 2019, p. 2). Uma maneira de conseguir isso é através do emprego de OpRib integradas da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais semelhantes às do Batalhão de Operações Ribeirinhas e ao Comando do 9º Distrito Naval.

Ao estudar a doutrina e a aplicação das OpRib brasileiras, pode-se determinar que a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA estão em uma posição única para adotar semelhantes métodos e estruturas. Ao fazer isso, o USMC se alinhará mais com a visão do comandante de uma FMF revigorada.

Além disso, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA criará uma solução permanente e profissionalizada para um domínio que fluiu conforme os conflitos determinaram, o que, por sua vez, produziu soluções *ad hoc*. O controle do mar vai muito além da dos oceanos e mares. Como pode ser visto no coração da Amazônia, a projeção do poder do mar deve se estender às águas marrons e interiores para alcançar o controle total. Como o almirante Horacio Rivero disse sobre as vias navegáveis interiores durante o conflito no Vietnã, "onde a água está, os marinheiros irão" (NAVAL HISTORY, 2020) ... e os fuzileiros navais dos EUA devem também ir.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. *Britannica.com*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Amazonas-state-Brazil>. Acesso em: 3 aug. 2020.

AMAZON RIVER. *Britannica.com*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Amazon-river>. Acesso em: 3 aug. 2020.

AMERICAN BATTLEFIELD TRUST. *Valcour Island: Valcour Bay*. Disponível em: <https://www.battlefields.org/learn/revolutionary-war/battles/valcour-island#:~:text=the%20naval%20Battle%20of%20Valcour,York%20mainland%20and%20Valcour%20Island>. Acesso em: 3 aug. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Região Hidrográfica Paraguai.

Disponível em: <https://www.ana.gov.br/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/paraguai>. Acesso em: 3 aug. 2020.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. *New Museum Recalls Days When Natal Housed an American Army Base*. Folha de S. Paulo. 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/culture/2020/01/new-museum-recalls-days-when-natal-housed-an-american-army-base.shtml>. Acesso em: 3 aug. 2020.

Benbow, Robert. *et al. Renewal of Navy's Riverine Capability: A Preliminary Examination of Past, Current and Future Capabilities*. Virginia: Center for Naval Analyses, mar. 2006. Relatório. Disponível em: https://www.cna.org/cna_files/pdf/D0013241.A5.pdf. Acesso em: 3 aug. 2020. 124 p.

Ibidem, p. 126.

Ibidem, p. 18.

Ibidem, p. 19.

Ibidem, p. 136.

Ibidem, p. 123.

BERGER, David. *Commandant's Planning Guidance*. Commandant of the Marine Corps. 2019. Disponível em: https://www.hqmc.marines.mil/Portals/142/Docs/%2038th%20Commandant%27s%20Planning%20Guidance_2019.pdf?ver=2019-07-16-200152-700. Acesso em: 3 aug. 2020.

Ibidem, p. 4.

Ibidem, p. 2.

BUTLER, Rhett. *10 Facts About the Amazon Rainforest in 2020*. Mongabay. 12 fev. 2020. Disponível em: <https://rainforests.mongabay.com/amazon/amazon-rainforest-facts.html>. Acesso em: 3 aug. 2020.

CUETO, José Carlos. Como o Crime Organizado Brasileiro Se Apoderou das Principais Rotas do Tráfico na América do Sul. British Broad Corporation. 7 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51699219>. Acesso em: 3 aug. 2020.

DURR, Eric. New York Guard Soldier Passes Tough Brazilian Jungle Warfare Course. New York National Guard. 10 dez. 2019. Disponível em: https://www.army.mil/article/230811/ny_guard_soldier_passes_tough_brazilian_jungle_warfare_course. Acesso em: 3 aug. 2020.

DEPARTMENT OF THE NAVY. *Littoral Operations in a Contested Environment*. 2017. Disponível em: <https://www.hqmc.marines.mil/Portals/160/LOCE%20full%20size%20edition.pdf?ver=2018-06-20-095003-177>. Acesso em: 3 aug. 2020. 14 p.

ESPOSITO, Gabriele. *The Paraguayan War 1864-70: The Triple Alliance at stake in La Plata*. Kindle ed. Osprey Publishing. New York, NY. 2019. 84 - 86 p.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, Presidência da República. *Manual de Operações Ribeirinhas*. Distrito Federal. 27 maio 1981. 14 p.

Ibidem, p. 18.

Ibidem, p. 19-20.

Ibidem, p. 28-30.

Ibidem, p. 31-32.

Ibidem, p. 40-41.

Ibidem, p. 42.

Ibidem, p. 42-44.

Ibidem, p. 48-49.

Ibidem, p. 51.

Ibidem, p. 60-64.

HEADQUARTERS, United States Marine Corps. *Force Design 2030*. Mar. 2020. Disponível em: <https://www.hqmc.marines.mil/Portals/142/Docs/CMC38%20Force%20Design>

%202030%20Report%20Phase%20I%20and%20II.pdf?ver=2020-03-26-121328-460.
Acesso em: 3 ago. 2020. 7 p.

Ibidem, p. 3.

HEADQUARTERS, United States Marine Corps. *Small Wars Manual*. Washington, D.C.: Department of the Navy. 1940. Disponível em: <https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/FMFRP%2012-15%20%20Small%20Wars%20Manual.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020. 10-1 p.

HEADQUARTERS, United States Marine Corps. *Marine Corps Doctrinal Publication 1: Warfighting*. Washington, D. C.: United States Government, 1997. 73 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Áreas Territoriais*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 3 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

JOINT STAFF OPERATIONS DIRECTORATE. *Joint Publication 3-32: Joint Maritime Operations*. 8 jun. 2020. Disponível em: https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_32.pdf?ver=2019-03-14-144800-240. Acesso em: 3 ago. 2020. X p.

LE PICHON, Thibault. *et al. The Transatlantic Cocaine Market*. United Nations Office on Drugs and Crime. Abr. 2011. United Nations. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/TOCTA_draft_2603_lores.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020. 91 p.

MARINHA DO BRASIL. *Comando do 9º Distrito Naval – Sobre Nós*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/sobrenos>. Acesso em: 3 ago. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Amazônia*. Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 3 ago. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Caderno da Região Hidrográfica Amazônica*. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília. 2006. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao03032011024915.pdf. Acesso em: 6 ago. 2020. Prefácio p.

Ibidem, p. 26.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Zona Costeira e Marinha*. Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha.html>. Acesso em: 3 ago. 2020.

NAVAL HISTORY AND HERITAGE COMMAND. *Riverine Warfare: The U.S. Navy's Operations on Inland Waters*. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/r/riverine-warfare-us-navys-operations-inland-waters.html>. Acesso em: 3 ago. 2020.

NOGUEIRA, Domingos Savio Almeida. *et al. A Marinha na Amazônia Ocidental*. Centro de Comunicação Social da Marinha. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000010/000010ad.pdf>. Acesso em: 3 ago 2020. 102 p.

Ibidem, p. 106.

Ibidem, p. 107.

Ibidem, p. 105.

SAWE, Benjamin E. Brazilian States by Population. WorldAtlas. 25 abr. 2017. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/brazilian-states-by-population.html>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SNOW, Shawn. Marines Double Investment in HIMARS Artillery Systems. Marine Corps Times. 26 fev. 2018. Disponível em: <https://www.marinecorpstimes.com/news/your-marine-corps/2018/02/26/marines-double-investment-in-himars-artillery-systems/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

STARGARDTER, Gabriel. *Brazil's Gangs Emerge as Major Cocaine Exporters, Flooding Europe with White Powder*. Reuters. 12 mar. 2020. Disponível em: www.reuters.com/article/us-brazil-violence-cocaine-specialreport/brazils-gangs-emerge-as-major-cocaine-exporters-flooding-europe-with-white-powder-idUSKBN20Z1DP. Acesso em: 3 ago. 2020.

SURVIVAL INTERNATIONAL. *Amazon Tribes*. Disponível em: <https://www.survivalinternational.org/about/amazontribes#:~:text=The%20Amazon%20is%20the%20world's,outsiders%20for%20almost%20500%20years>. Acesso em: 3 ago. 2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *Transnational Organized Threat Crime Assessment*. 26 mar 2010. United Nations. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/TOCTA_draft_2603_lores.pdf. Vienna. Acesso em: 3 ago 2020. 91 p.

WHITE HOUSE. *Memorandum on the Designation of the Federative Republic of Brazil as a Major Non-NATO Ally*. 31 jul. 2019. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/memorandum-designation-federative-republic-brazil-major-non-nato-ally/>. Acesso em: 3 ago. 2020.